

ANFIP vence julgamento, mas TRF mantém bloqueio de contas até trânsito em julgado



A ANFIP acompanhou no dia 17 de julho a sessão ampliada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que analisa o processo da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária). No julgamento, todos os pontos da ação, inclusive os que já tinham parecer favorável unânime, voltaram à pauta, sendo a ANFIP vencedora em todos os quesitos, inclusive naquele que beneficia os servidores que possuem os 20% do artigo 184, II, da Lei 1.711/52. Com a

decisão, todos os valores dos precatórios estão mantidos.

Apesar do resultado totalmente favorável, a Turma Ampliada entendeu que as contas judiciais devem permanecer bloqueadas até o trânsito em julgado da ação, já considerando que a União vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mesmo com a possibilidade do recurso, a ANFIP adianta que, no STJ, o processo será analisado apenas no

que tange a lesão à jurisprudência do Tribunal ou lesão à lei, o que não houve no processo da GDAT. O procedimento recursal por parte da União visa apenas protelar a liberação do pagamento.

A ANFIP está atenta ao processo e já está analisando meios judiciais para a defesa dos interesses de seus associados. Confira na página da Associação na internet o histórico completo do processo da GDAT, com informações sobre cada passo da ação no judiciário.

**Seminário Ideias de
Reforma Tributária**

Página 2

**Reunião com
subsecretário da RFB**

Página 5

**ANFIP e Fundação ANFIP
propõem parceria à Esaf**

Página 7

Tributos devem privilegiar interesses coletivos, dizem especialistas

Harmonizar os interesses coletivos sobre os individuais numa proposta de reforma tributária é um grande desafio para o Estado brasileiro. Essa foi a avaliação de diversos especialistas durante o seminário Ideias de Reforma Tributária, que aconteceu no dia 4 de julho, em Brasília, com a participação dos secretários de Fazenda dos estados e apoio da ANFIP.

Compuseram a mesa de abertura o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid; o presidente do Comitê dos Secretários da Fazenda (Comsefaz), André Horta; a vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda; o presidente da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), Charles Alcantara; e o representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Hudson Pereira de Brito.

Sandra Miranda falou sobre a importância de reunir tantos especialistas em favor da reforma tributária. “Para mudar essa realidade, precisamos ser menos técnicos e mais cidadãos. Estamos numa época de extrema inversão de valores. A Constituição diz que vivemos em um país democrático e precisamos fazer com que isso seja realidade no Brasil. Temos que ver esse país mudar. Não dá para conviver em uma sociedade com diferenças tão contundentes”, alertou a vice-presidente.

Também participaram do seminário os vice-presidentes da ANFIP Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), César Roxo (Estudos e Assuntos Tributários), Dejanira Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), José Avelino Neto (Aposentadorias e Pensões), Leila Signorelli (Comunicação Social), Marluce da Silva Soares (Política Salarial) e Valdenice Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), além da presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Borges.



Proposta C.Cif – Bernard Appy, diretor do C.Cif (Centro de Cidadania Fiscal), enfatizou que é preciso uma grande mudança no sistema tributário brasileiro, que inclua a tributação das altas rendas, a reformulação da tributação sobre a folha de pagamentos e da propriedade. A mais complexa, segundo destacou, é a tributação de bens e serviços, que afeta diretamente a produtividade do país. Conforme explicou, o Brasil tem problemas de incidência cumulativa de tributos, excesso de alíquotas e uma grande quantidade de benefícios em regimes especiais. “Temos mais exceções que regras. Isso gera enormes distorções econômicas, insegurança jurídica e um litígio tributário brutal”, frisou sobre os R\$ 2 trilhões em litígio.

Dentro desse contexto, Bernard Appy apresentou os detalhes da proposta do C.Cif, feito pensado como um novo modelo tributário, em substituição ao atual. O cerne da proposta é a progressiva substituição dos cinco tributos atuais por um único imposto, do tipo IVA, denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja receita seria partilhada entre a União, os estados e os municípios.

Reengenharia tributária - O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) apresentou a estrutura da proposta de Reforma Tributária, de sua autoria, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. São propostas de reforma do sistema tributário: diminuir a regressividade do consumo com IR Progressivo; alimento e

remédio com alíquotas reduzidas; isentar totalmente as exportações e os bens de ativo fixo das empresas; fortalecer os municípios; Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para racionalizar e simplificar; imposto seletivo, dentre outras.

Reforma Tributária Solidária - O professor de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani, coordenador do grupo de trabalho da Reforma Tributária Solidária, considerou o debate pertinente na medida em que reúne ideias distintas de reforma tributária. “Temos convergências e temos divergências. O debate é uma instituição da democracia. Ela avança pelo contraditório. Estamos começando a fazer esse debate”, enfatizou.

Sobre as propostas em andamento, Fagnani disse ainda que elas estão sendo pensadas apenas do ponto de vista da eficiência e competitividade. Entretanto, o professor acredita que elas têm que atuar para melhorar a economia além desses dois critérios, atuando firmemente no combate à desigualdade social. Fagnani destacou ainda que, de acordo com a experiência internacional, os países que têm menos desigualdade combinaram tributação progressiva e Estado de bem-estar social. Basta ver o que aconteceu na Europa após a Segunda Guerra Mundial. “Existem outras peculiaridades históricas, mas a combinação desses dois fatores está sempre presente”, afirmou.

Expediente

Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS
Matheus Carvalho

EDITORÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Roxo Machado
Florianio Martins de Sá Neto
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
(coordenadora)
Luiz Cláudio de Araújo Martins
Marluce do Socorro da Silva Soares
Sandra Tereza Paiva Miranda



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP comemora 50 anos da I Convenção Nacional

A ANFIP comemorou no dia 16 de julho a realização da I Convenção Nacional, ocorrida de 16 a 18 de julho, em 1968, no Rio de Janeiro. São 50 anos de uma história que merece celebração, especialmente por ter sido escrita por pessoas obstinadas em contribuir não só para a evolução da carreira quanto para o desenvolvimento social, econômico e político do país.

Para comemorar a data, a ANFIP prepara algumas surpresas. A primeira, a reunião de antigos e atuais dirigentes, que será feita em novembro, também na cidade do Rio de Janeiro. Será lançado ainda um livro comemorativo, que revive



cada Convenção Nacional realizada, com suas decisões e o contexto histórico em que aconteceram. Será possível relembrar vários momentos marcantes. Aguardem!

Congresso aprova LDO e permite reajuste salarial a servidores



O Plenário do Congresso Nacional aprovou no dia 11 de julho o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Após intensa mobilização das entidades que compõe a Comissão de Defesa do Serviço Público, da qual a ANFIP faz parte, juntamente com parlamentares, o texto retomou a permissão para reajustes salariais de servidores e para a criação de novos cargos na administração pública.

De 9 a 11 de julho, a ANFIP esteve mobilizada com a Comissão conversando com parlamentares com o intuito de garantir os direitos dos servidores públicos. As vice-presidentes da ANFIP Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva) e Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário) e a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria

Miranda Borges, estiveram presentes na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Dentre os parlamentares, a ANFIP conversou com Leonardo Quintão (MDB-MG), Gilberto Nascimento (PSC-SP), João Campos (PRB-GO), Zenaide Maia (PHS-RN), Benedita da Silva (PT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Floriano Pesaro (PSDB-SP), Arnaldo Faria de Sá (PP-SP), Pauderney Avelino (DEM-AM), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Erika Kokay (PT-DF) e Alessandro Molón (PSB-RJ).

No dia 12 de julho, a ANFIP voltou a se reunir com as entidades que compõem a Comissão em Defesa do Serviço Público para fazer o balanço da mobilização. Sandra Miranda parabenizou a ação conjunta dos servidores públicos das diversas carreiras que estiveram no trabalho parlamentar.

Emendas à reforma tributária

Duas emendas à PEC 293/04, que trata da Reforma Tributária, propostas pela ANFIP e Fenafisco e assinadas pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), foram protocolizadas no dia 12 de julho na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A Comissão Especial, presidida por Hildo Rocha (MDB/MA) e relatada por Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), já aprovou requerimento para a realização de audiências públicas para debater a proposta. A primeira será com o Movimento Reforma Tributária Solidária, encabeçada pela ANFIP e Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital).

Sala de Democracia Digital da FGV



A vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP, Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade, participou no dia 25 de julho, no Rio de Janeiro (RJ), do lançamento da Sala de Democracia Digital - #observa2018. O presidente da Afiperj, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, também acompanhou o evento. O projeto, da FGV, tem como objetivo acompanhar e analisar o debate público na web e identificar ações de desinformação nas eleições deste ano. A Sala de Democracia Digital contará com um hot site e o aplicativo web #observa2018, que disponibilizará dados e análises diariamente pelo celular.

Associados candidatos podem mandar informações



A ANFIP solicita aos associados que concorrerão a cargos eletivos em 2018 que, após o registro da candidatura, enviem para comunicacao@anfip.org.br as informações de candidatura, com nome, número, foto, estado, currículo, proposta eleitoral e conta oficial de doações.

Assim que permitida a divulgação,

a Associação noticiará em seus meios de comunicação, como é feito em todo ano eleitoral. Esta iniciativa visa propiciar que Auditores Fiscais consigam ocupar cada vez mais cargos de decisão política no país, em defesa de interesses coletivos, do Estado de bem-estar social e do serviço público brasileiro.

Reunião do Conselho Executivo da ANFIP

O Conselho Executivo da ANFIP promoveu reunião ordinária, nos dias 19 e 20 de julho, em Brasília, sob coordenação do presidente Floriano Martins de Sá Neto. Entre os pontos de pauta, a prestação de

contas e a execução orçamentária de abril, maio e junho de 2018, a reforma tributária, planejamento estratégico, o evento comemorativo dos 50 anos da I Convenção Nacional, entre outros.

ANFIP é nova instituidora da VivaPrev

A ANFIP é a nova Instituidora da Fundação Viva de Previdência (VivaPrev), antigo plano Geap Pecúlios. Com isso, os associados da Entidade passam a ter acesso gratuito ao benefício.

O Plano Viva Previdência e Pecúlio

é um Plano de Benefício instituído na modalidade de Contribuição Definida, com benefícios de renda (aposentadoria/pensão) e de pagamento único (pecúlio com característica de benefício definido).

Entidades do Fonacate debatem eleições



O Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado) promoveu no dia 26 de julho, na sede da ANFIP, videoconferência com entidades de todo o Brasil para discutir e esclarecer a importância do engajamento de todos os associados no processo eleitoral em curso.

Ao abrir a fala aos participantes, todos foram unânimes em parabenizar

o Fonacate por permitir que entidades de todo o Brasil possam tirar dúvidas sobre a Carta de Princípios do Fonacate, um documento que lista princípios em defesa do serviço público e do Estado de bem-estar social, a ser assinado por servidores candidatos. A Carta já foi encaminhada para todas as filiadas, que darão publicidade ao conteúdo.

Benefícios

Plano odontológico exclusivo



OdontoGroup

A ANFIP fechou parceria com a operadora OdontoGroup, que oferece plano odontológico completo, com mais de 200 procedimentos inclusos, sem limite de utilização, além de atendimento de urgência 24h por dia, todos os dias e em todo território nacional. Ficou interessado? Acesse a página restrita e confira em convênios.

Campanha carência zero já começou

Unimed

Os interessados em fazer parte do plano de saúde ANFIP/Unimed têm mais um incentivo para aderir: a carência zero (exceto parto e doenças pré-existentes). A campanha promocional vale somente até 1º de outubro 2018.

As adesões obedecem ao prazo de movimentação e, por isso, solicitações feitas até o dia 5 de cada mês passam a vigorar a partir do dia 1º do mês seguinte (agosto e outubro).

São três opções de plano de saúde, com a vantagem de contar ainda com plano odontológico sem custo adicional. Não perca tempo, entre em contato com a central de vendas e solicite uma proposta: 0800 591 05 34.

Boleto - A ANFIP informa aos seus associados que desde o mês de julho os boletos dos usuários do Plano Unimed passaram a ser emitidos pelo Sicoob.

ANFIP é recebida por subsecretário de Fiscalização da RFB



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e os vice-presidentes Vanderley José Maçaneiro (Assuntos Fiscais) e Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) foram recebidos no dia 20 de julho pelo subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Iágaro Jung Martins, em Brasília (DF).

Além de vários assuntos relacionados ao trabalho da fiscalização, como o preocupante e insuficiente planejamento da ação fiscal do tributo previdenciário, que, segundo Maçaneiro, tem limitado o número de procedimentos fiscais do tributo, com o qual Jung também concorda, foi possível abordar na reunião aspectos relacionados à carreira e à forma como os Auditores Fiscais têm se portado diante da construção do futuro da Receita Federal. “Nós construímos a Receita e temos que mostrar para a sociedade que somos a melhor opção para manter o Estado funcionando”,

disse o subsecretário sobre a importância de uma pauta positiva de atuação do órgão. “Qual a Receita o Auditor Fiscal quer construir?”, indagou Jung sobre essa imensa estrutura.

A conversa tratou ainda da questão da impunidade tributária, dos programas de refinanciamento de dívidas, da corrupção e da sonegação e da importância de se conceder ao Auditor Fiscal o poder de peticionar diretamente ao Poder Judiciário.

Na oportunidade, Floriano Sá Neto entregou o livro “A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas”, resultado da análise dos especialistas e acadêmicos que integram o grupo da Reforma Tributária Solidária, instituído pela ANFIP e a Fenafisco. “A reforma tributária é a mãe de todas as reformas. Essa parceria com a fiscalização estadual é a melhor estratégia para se pensar num modelo completo para nosso país”, destacou.

O presidente explicou o

desenvolvimento do trabalho e pontuou as premissas que sustentam as propostas que serão apresentadas aos presidentiáveis nas eleições deste ano. “Nossa intenção é influenciar de alguma maneira o candidato eleito”, destacou Floriano Sá Neto.

Iágaro Jung, ao opinar sobre a necessidade de se pensar num IVA (Imposto sobre Valor Agregado) com base nacional, como é feito em todo o resto do mundo, sobre a estrutura do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e sobre simplificação tributária, foi convidado a contribuir com os estudos para formatar um modelo tributário que traga justiça social, equilíbrio fiscal e desenvolvimento. “Suas opiniões e sugestões são bem-vindas”, disse Floriano Sá Neto.

Ao final, os dirigentes reafirmaram o posicionamento claro da ANFIP em defesa da carreira e se colocaram à disposição da Receita Federal para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos.

Entidade fala sobre regimes previdenciários para servidores

O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, proferiu palestra para servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no “Seminário sobre Regimes Previdenciários, Previdência Complementar e migração de regimes”, promovido pela Associação dos Servidores do Inep, em Brasília, no dia 17 de julho.

Décio Bruno falou sobre a importância da adesão à Funpresp, principalmente para os servidores empossados no serviço público federal a partir de 04/02/2013, pois, a aposentadoria desses servidores

passou a ser limitada ao teto do regime geral (INSS), hoje em R\$ 5.645,80. Como a adesão é facultativa e a contribuição é paritária (a União contribui com o mesmo valor do servidor) aqueles que não aderirem estarão perdendo a contribuição da União que pode ser de 7,5%, 8% ou 8,5% incidente sobre a remuneração que exceder o referido limite do RGPS, contribuições essas cujo montante capitalizado formará a reserva para concessão dos benefícios na Funpresp.

Quanto à migração do Regime Próprio para o Regime de Previdência Complementar, Décio Bruno informou que esta foi uma

possibilidade trazida pela Lei nº 12.618/2012, para os servidores empossados antes de 04/02/2013.

No Ceará - Décio Lopes também falou sobre a “Migração do Regime da Previdência”, no dia 23 de julho, em evento promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal no Ceará (Sintrajufe/CE).

Décio Lopes apresentou todo arcabouço jurídico normativo da Funpresp, detalhou as mudanças na previdência dos servidores advindas com as Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03, 47/05 e abordou as leis que regulamentam o regime complementar.

No seu Estado

MG: Futuro do serviço público



A ANFIP-MG participou do I Seminário Político do SINPRF-MG - O futuro das instituições de segurança pública e a política, realizado em Belo Horizonte no dia 12 de julho. A vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, Ilva Franca, proferiu a palestra O futuro da Previdência Social Pública e dos Servidores Públicos.

RN: Festa Junina



A Anofip promoveu no dia 30 de junho a sua tradicional festa junina, reunindo associados para um grande momento de confraternização.

AM: Reforma Solidária no Amazonas



A vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário da ANFIP, Valdenice Seixas Elvas, entregou o livro da Reforma Tributária Solidária para o Delegado Adjunto da RFB no Amazonas, Ricardo Penalber, o delegado da RFB, Leonardo Frota, e o chefe do Seort/AM, Severino Cavalcante.

RJ: Pecúlio em debate



A vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP, Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade, juntamente com o presidente da Afiperj, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, estiveram no dia 25 de julho em debate promovido pela Anviva (Associação Nacional dos Participantes dos Planos de Previdência da Fundação Viva) para esclarecer as mudanças e novidades na área do pecúlio.

PE: Reunião com associados



A ANFIP e a Asfipe, Estadual da ANFIP em Pernambuco, realizaram no dia 27 de julho reunião com os associados do estado para tratar das ações judiciais

em andamento. Estiveram presentes o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, a vice-presidente Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Jurídicos) e Paulo Correia de Melo (Tecnologia da Informação), e as presidentes da Asfipe, Rita de Cássia Cavalcanti Couto, e da Apfip, Estadual da ANFIP na Paraíba, Maria dos Remédios Bandeira. Na pauta, o andamento das ações judiciais, como a GDAT, Bônus de Eficiência e Produtividade, licença prêmio e anuênios.

Voto consciente



A campanha inédita de Voto Consciente dos Servidores Públicos Eleições 2018 conta, agora, com apoio da ANFIP. A parceria foi firmada no dia 18 de julho, em reunião realizada com o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e os vice-presidentes Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva), Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário) e Luiz Cláudio Martins (Política de Classe), junto ao diretor-financeiro adjunto da Pública Central do Servidor, Márcio Costa.

O objetivo da campanha é a sensibilização dos servidores públicos de todo país, de todas as carreiras, para que exerçam o direito de voto em candidatos alinhados com as pautas de interesse dos serviços públicos. A participação da ANFIP será no sentido de apresentar a proposta de Reforma Tributária Solidária e debater o futuro do sistema previdenciário brasileiro, além das demais pautas de interesse das carreiras do serviço público.

Fórum pela Redução da Desigualdade

A vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas da ANFIP, Dejanira Freitas Braga, esteve na reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, que aconteceu na sede do Cofecon no dia 26 de julho.

Na pauta da reunião estavam, dentre outras questões, a elaboração de carta aos presidenciáveis com os princípios do Fórum, que será escrita por uma comissão específica, com indicação da ANFIP, além da definição de ações para o plano de trabalho do grupo.

Estiveram presentes representantes da CNBB, CUT, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Auditoria Cidadã da Dívida, entre outros.

ANFIP presente na reunião do MCCE



O Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) realizou no dia 18 de julho, em Brasília (DF), reunião para tratar da plataforma Voto Legal, de iniciativa do MCCE; a sala de democracia digital, da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP); e do ingresso

da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) no comitê.

A reunião foi presidida pelo diretor do MCCE, Luciano Santos, com a presença do vice-presidente de Política de Classe da ANFIP, Luiz Cláudio de Araújo Martins, e da vice-presidente de Comunicação Social, Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade.

GT da Reforma Solidária prepara segunda edição de livro



Nos dias 5 e 6 de julho, o grupo de trabalho da Reforma Tributária reuniu-se na sede da ANFIP para discutir os detalhes do segundo livro do grupo que será lançado em breve. Intitulado "A reforma tributária necessária: recomendações e propostas para o debate", a segunda

edição contará com propostas a serem entregues aos presidentes das eleições deste ano.

Estiveram presentes o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, César Roxo Machado, e a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges.

ANFIP participa de debate sobre renúncias fiscais no Congresso

O Conselho Executivo da ANFIP participou, no dia 4 de julho, de reunião na Comissão Geral Extraordinária da Câmara dos Deputados, com a presença do secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid. A pauta da discussão foi a concessão e a revogação de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, dos quais decorra renúncia de receita ou aumento de despesa.

Representando a ANFIP, estiveram

presentes a vice-presidente Executiva, Sandra Tereza Paiva Miranda, acompanhada pelos vice-presidentes Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (Comunicação Social), Ariovaldo Cirelo (Administração, Patrimônio e Cadastro), Marluce do Socorro da Silva Soares (Política Salarial), Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas) e José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões).

ANFIP e Fundação ANFIP propõem parceria à Esaf



O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, e a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, foram recebidos no dia 3 de julho pelos diretores-gerais adjuntos da Esaf (Escola de Administração Fazendária) Otávio Martins e Laura Rodrigues Rabelo e pelo diretor de Cooperação e Contencioso, Gustavo Scowitz Moraes, em Brasília, oportunidade em que trataram da possibilidade de parceria para a disseminação de conhecimentos nas áreas previdenciária e tributária.

Palestra sobre Previdência em Contagem/MG

O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, proferiu palestra sobre o Regime de Previdência Complementar do Servidor Público para os servidores da Receita Federal do Brasil da Delegacia de Contagem (MG). A palestra foi realizada no dia 25 de julho.

O objetivo da palestra foi prestar esclarecimentos sobre os regimes de previdência previstos na Constituição, especialmente sobre os próprios e os de previdência complementar. Na ocasião, o vice-presidente demonstrou a previsibilidade constitucional do regime de previdência complementar dos servidores e a sua possibilidade de migração e adesão, mesmo para os empossados antes da instituição do referido regime.

“Vivemos numa era de incertezas e de insegurança jurídica em que somente se tem certeza sobre o direito adquirido quando o servidor já implementou todas as condições para usufruir o benefício”, frisou Décio Lopes.